

Eugênio Marques de Hollanda e o campo da farmácia no Piauí entre a segunda metade do século XIX e as primeiras décadas do século XX

Eugênio Marques de Hollanda and the field of pharmacy in Piauí between the second half of the XIX century and the first decades of the 20th century

Ana Karoline de Freitas Nery

Mestra em História pela Universidade Federal do Piauí e graduada em História pela Universidade Estadual do Piauí.

Elizangela Barbosa Cardoso

Doutora em História pela Universidade Federal Fluminense, Professora do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil, da Universidade Federal do Piauí. Líder do Grupo de Pesquisa História das mulheres e das relações de gênero (UFPI) e membro do Grupo de Pesquisa História Cultura e Poder no longo século XIX brasileiro (UFPI).

Resumo: Este artigo analisa a atuação de Eugênio Marques de Hollanda e de farmacêuticos e suas terapêuticas no Piauí, entre a segunda metade do século XIX e as primeiras décadas do século XX. Utilizamos a referência à Eugênio Marques como um precursor da prática farmacêutica no estado e pela influência estabelecida no Piauí e no Rio de Janeiro, com o Laboratório Flora Brasileira utilizando as riquezas naturais do Piauí em seus preparados. Porém, outros farmacêuticos atuavam na capital e no interior em farmácias, produzindo e vendendo medicamentos, e com o passar dos anos, auxiliados pela crescente indústria farmacêutica, que incorporava remédios considerados cada vez mais eficazes, alterando a procura da população pelas farmácias. Além disso, apresentamos as mudanças e permanências no ofício farmacêutico nas décadas de 1930 e 1940, a partir de uma política mais centralizadora do Estado, com seus projetos na área da saúde, que pôs em prática regulamentações ao exercício desses profissionais. A metodologia utilizada envolveu a análise de Códices de Saúde, Leis e Decretos, Jornais, Almanques e leituras bibliográficas de autores como: Edler (2006); Pereira Neto (2001); Rezende (2015).

Palavras-chave: Eugênio Marques de Hollanda. Farmacêuticos. Medicamentos. Piauí.

Abstract: This article analyzes the performance of Eugênio Marques de Hollanda and pharmacists and their therapies in Piauí, between the second half of the 19th century and the first decades of the 20th century. We used the reference to Eugênio Marques as a precursor of pharmaceutical practice in the state and the influence established in Piauí and Rio de Janeiro, with the Laboratory Flora Brasileira with the use of Piauí's natural wealth in its preparations. However, other pharmacists worked in the capital and in the countryside in pharmacies, producing and selling medicines, and over the years, aided by the growing pharmaceutical industry, which incorporated drugs considered increasingly effective, changing the demand of the population for pharmacies. In addition, we present the changes and permanencies in the pharmaceutical profession in the 1930s and 1940s, based on a more centralized policy of the State, with its projects in the area of health, which put in place regulations for the exercise of these professionals. The methodology used involved the analysis of Health Codices, Laws and Decrees, Newspapers, Almanacs and bibliographic readings by authors such as: Edler (2006); Pereira Neto (2001); Rezende (2015).

Keywords: Eugênio Marques de Hollanda. Pharmacists. Medicines. Piauí.

Introdução

A atuação dos farmacêuticos durante o século XIX se concentrava nas boticas ou farmácias particulares, sendo eles proprietários ou empregados. A assistência à saúde que prestavam às populações envolvia não só a arte de formular, a conservação, a venda, e a prescrição de medicamentos. Por meio de suas atividades, alguns farmacêuticos reuniam-se em associações próprias e buscavam espaço no universo de cura que fosse reconhecido pelo Estado e pela sociedade Imperial (VELLOSO, 2010).

Na segunda metade do século XIX, muitos farmacêuticos se destacaram no Brasil no pioneirismo da indústria farmacêutica. Dentre eles, o piauiense Eugênio Marques de Hollanda¹ com a fabricação de diversos preparados. O seu laboratório da Flora Brasileira, na capital do país, produzia também o afamado vinho ferruginoso quinado de ananás e as pílulas depurativas de velamina, anunciados em almanaques de distribuição gratuita (EDLER, 2006: 78). Uma parte considerável de seus preparados farmacêuticos era produzida a partir das riquezas naturais da flora piauiense. Isso se dava especialmente pela relação que o farmacêutico tinha com sua terra natal, onde possuía uma botica que vendia suas produções medicamentosas e pela relação com o farmacêutico Antônio Collet, seu sócio.

Além disso, a sua atuação em outros setores sociais de Teresina o tornava reconhecido e envolto as mudanças que ocorriam na cidade naquela época. Envolvia-se em questões filantrópicas, em empréstimos monetários para o melhoramento de ruas da cidade e no fornecimento de medicamentos à Santa Casa de Misericórdia.

No Rio de Janeiro, além da criação do Laboratório da Flora Brasileira ocupou a presidência do Instituto Farmacêutico entre 1882 a 1887. Foi também um grande expoente no projeto de criação da Faculdade de Farmácia do Rio de Janeiro, a qual desvincularia o curso de farmácia das Faculdades de Medicina. E foi farmacêutico da Casa Imperial, pertencente a Academia Imperial de Medicina e a várias associações nacionais e estrangeiras. (EDLER, 2006: 84)

O Piauí nesse cenário entre fins do século XIX e início do século XX, possuía poucas farmácias. Alguns farmacêuticos diplomados e outros licenciados constituíam fama na capital e em alguns municípios do estado. Desta maneira, o objetivo deste artigo é apresentar a influência de Eugênio Marques de Hollanda no campo da farmácia e a atuação de outros farmacêuticos neste mister, que mesmo diante das dificuldades existentes no ramo, desde a formação à constituição de fama e clientela, atravessaram o século XIX como aqueles que detinham grande aproximação com a população e, durante as primeiras décadas do século XX, mesmo com a intensificação das políticas de saúde promovidas pelo Estado, e as limitações e conflitos impostos pelos grupos de médicos, continuavam a exercer sua prática com bastante notoriedade.

1. Eugênio Marques de Hollanda nasceu em Oeiras (PI), em 1836. Precursor da indústria farmacêutica no Brasil, foi farmacêutico, farmacognosista e empresário. Formado em Farmácia pela Faculdade do Rio de Janeiro (1860). Profundo conhecedor de nossa flora. Instalou o primeiro Laboratório da Flora Brasileira. Pioneiro na fabricação de produtos da flora medicinal. Os seus produtos receberam menção honrosa na Exposição Nacional de 1871. Líder de classe. Presidiu o Instituto Farmacêutico Nacional. Responsável pela instituição da primeira Escola de Farmácia autônoma, desvinculada das Faculdades de Medicina. Foi farmacêutico da Casa Imperial e Cavalheiro da Ordem da Rosa (GONÇALVES, 2003: 210).

Ademais, destacamos a produção medicamentosa laboratorial no Piauí, durante as primeiras décadas do século XX, concentrada na capital e em alguns municípios, com a produção e circulação de medicamentos que se destacavam no estado e fora dele. Apresentamos também como foram sendo regulamentadas as farmácias, farmacêuticos e laboratórios no estado, desde a sua criação, fiscalização do exercício, comércio medicamentoso e inspeção de entorpecentes. Isso se deu especialmente durante as décadas de 1930 e 1940, em que uma rede de profissionais, junto ao Estado, geria ações que validavam a atuação dos farmacêuticos na promoção da saúde.

Eugênio Marques de Hollanda: entre o Piauí e a capital do Brasil

As faculdades de Farmácia mais procuradas no Brasil,² até o início do século XX, concentravam-se nos estados da Bahia, Rio de Janeiro e Minas Gerais (EDLER, 2006: 65). Os farmacêuticos diplomados do Piauí, até aquele momento, recorriam a esses estados para adquirir formação na área. Citaremos, aqui, o caso de um farmacêutico piauiense que muito se destacou no estado e nacionalmente, devido a sua atuação, tanto nas composições de medicamentos, quanto no envolvimento com as causas dos farmacêuticos, para maior legitimação da área.

A figura mencionada trata-se do piauiense Eugênio Marques de Hollanda, nascido em Oeiras, descendente de uma família de portugueses, concentrada, em sua maioria, no estado de Pernambuco. Deve-se à cidade de Oeiras as primeiras letras de Eugênio, embora tenha ido para Bahia para cursar o ensino secundário, onde posteriormente iniciou o curso de Farmácia, que, na época, era anexo ao curso de Medicina. Porém ele acaba por finalizar o curso no Rio de Janeiro (PINHEIRO FILHO, 1972: 16).

Ao se formar, assim como fazia boa parte dos jovens que procuravam o ensino superior em outros locais, retornou ao Piauí, criando uma:

Farmácia à rua Grande n. 39 (hoje Álvaro Mendes), em Teresina, adquirindo-a do sr. Mazza, um italiano. Teresina, naquele tempo, tinha somente oito anos de idade. A única botica então existente, além da sua, era a do sr. Ernesto, na rua Bela (hoje Senador Teodoro Pacheco) (PINHEIRO FILHO, 1972: 17).

Como era comum, naquela época, haver, nas mais variadas capitais um laboratório para as manipulações e testes, Eugênio Marques montou, no fundo de sua farmácia, “um laboratório para aviar receitas. Acontece que ele não se limitava a isso somente, mas ampliou o laboratório, ajustando-o a suas pesquisas” (PINHEIRO FILHO, 1972: 17).

Nesse período, já era costume serem vendidos nas farmácias, além dos remédios, produtos em geral, que faziam parte da demanda do comércio. Eugênio Marques, na sua farmácia, mantinha “a venda de refrigerantes que dizia ser bom para o estômago. As crianças, os boêmios, as moças e os velhos eram os fregueses constantes desses produtos predecessores dos atuais refrigerantes” (PINHEIRO FILHO, 1972:18).

2. Segundo Flávio Edler, os cursos farmacêuticos durante o século XIX, eram oferecidos inicialmente pelas duas únicas Faculdades de medicina do Império, a do Rio de Janeiro e a da Bahia. Até que em 1839, foi criada a Escola de Farmácia de Ouro Preto (EDLER, 2006: 65).

Acabou Eugênio Marques por inspirar outros praticantes para o ofício farmacêutico. Um deles seria Antônio Colett da Fonseca,³ farmacêutico importante da capital. O pai de Antônio Colett, prático em farmácia, era colaborador de Eugênio Marques, e, Antônio, “depois de formado em farmácia, tornou-se sócio⁴ e sobrinho afim de dr. Eugênio” (PINHEIRO FILHO, 1972: 18).

Um outro ponto que conseguimos constatar é que Eugênio Marques de Hollanda possuía boas relações sociais e políticas na capital. Envolvera-se em ações que o validavam como figura proeminente. Dentre as suas ações sociais, ressaltaremos aqui algumas:

Eugênio, em 1867, ao mesmo tempo em que lançava um novo preparado, o Xarope de Flor de Aroeira, contratou com o governo da província a construção do prédio da Escola de Educandos e Artífices, que é o atualmente ocupado pela Polícia Militar do Estado, na Praça Pedro II. Em 1870, como havia uma grande grita da população, contra os buracos existentes na rua da Imperatriz (hoje Rui Barbosa), e como a Câmara Municipal não mandava consertar, alegando falta de dinheiro, o Dr. Eugênio propôs-se a fazer os consertos, por sua conta ‘para a Câmara pagar quando pudesse’. A partir de 1871, ganhou várias concorrências para fornecimento de medicamentos à Santa Casa de Misericórdia, oferecendo abatimento de 25% do preço de formulário (PINHEIRO FILHO, 1972: 19-20).

Para além da capital piauiense, Eugênio Marques começou a envolver-se nacionalmente em atividades e, no ano de 1874, foi aceito efetivamente como membro do Instituto Farmacêutico.⁵ O Instituto seria um órgão de representatividade dos farmacêuticos diplomados, que atuava principalmente para legitimar a prática farmacêutica que concorria lado a lado com outros práticos.

O farmacêutico, mesmo possuindo grande notoriedade em Teresina, no início da carreira “viajou para São Luís e Belém, a fim de colocar nos mercados daquelas praças, os seus preparados” (PINHEIRO FILHO, 1972: 21). E, foi além disso, retornou ao Rio de Janeiro, local onde iria se constituir não somente como mais um aventureiro em busca de melhores condições, mas como um farmacêutico de grande prestígio no país:

Estava o Dr. Eugênio, então, apto para o grande salto que visava dar: instalar o primeiro grande laboratório do Brasil, e, como atividade suplementar, a primeira Escola de Farmácia autônoma do País. Todos os pressupostos para tão grandes realizações, estavam já satisfeitos. As relações sociais do farmacêutico do Piauí haviam rompido todas as barreiras, até mesmo a da Corte Imperial,

3. “O Farmacêutico Colett era casado com D. Lavina de Holanda Fonseca, filha do irmão de Eugênio, Ilídio Marques da Fonseca. No palacete deste distinto casal, logo atrás da igreja de São Benedito, um dos melhores da Teresina de então, foi hospedado o Dr. Afonso Pena, em 1906, o primeiro presidente da República que visitou o Piauí” (PINHEIRO FILHO, 1972: 24).

4. Quando Eugênio Marques muda-se para o Rio de Janeiro, deixa Antônio Colett da Fonseca, preparando as tinturas de plantas locais, para serem embaladas e vendidas na Corte (PINHEIRO FILHO, 1972: 21).

5. “O instituto farmacêutico foi a primeira agremiação nacional da classe, destinada a aprimorar-lhe os conhecimentos, e no seio do meio científico. Surgiu como criação de outro ilustre farmacêutico, Dr. Eduardo Júlio Janvrot, francês de nascimento e brasileiro naturalizado, formado pela faculdade de medicina do Rio de Janeiro, em 1854. O instituto editava uma revista, Tribuna Farmacêutica, na qual o Dr. Eugênio publicou um trabalho sobre a fonte do Caché, situada em Jerumenha (Piauí), aconselhando ao governo o seu aproveitamento” (PINHEIRO FILHO, 1972: 20).

pois que se tornou amigo pessoal do Imperador, e por este fora autorizado a declarar-se: 'Farmacêutico da Casa Imperial' (PINHEIRO FILHO, 1972: 21).

Dessa maneira, ao instalar-se no Rio de Janeiro, tratou de procurar um prédio grande, em uma boa localização da cidade para instalar seu empreendimento, fixando-se “na esquina, mantinha a farmácia, e no restante de todo o prédio, o grande laboratório da Flora Brasileira” (PINHEIRO FILHO, 1972: 21). O laboratório teve grande destaque, pois não se tinha notícia de outro no território que tivesse as suas dimensões, principalmente produzindo medicamentos em proporções industriais. Para publicitar seus produtos, Eugênio Marques investia em estratégias, para além da imprensa, “lançou o Almanaque da Flora Brasileira, no qual, ao lado das virtudes de produtos, vinham informações úteis aos agricultores e criadores” (PINHEIRO FILHO, 1972: 22). O farmacêutico Eugênio Marques, mesmo tornando-se afamado na capital do país, não deixava de enaltecer sua terra de origem e procurar manter reconhecimento ao local onde iniciara o ofício de fãrmaco, “os produtos saídos de seu grande Laboratório, para todas as províncias do Brasil, traziam a indicação: do Piauí” (PINHEIRO FILHO, 1972: 23).

A notoriedade e atuação de Eugênio Marques não param por aqui, além do destaque na produção da indústria farmacêutica naquela época, tornou-se, também, o presidente do Instituto Farmacêutico, em 1882. Ao tomar posse do cargo, assumiu como tarefa principal criar, no Brasil, “a primeira Escola de Farmácia,⁶ desvinculada das Faculdades de Medicina, para a preparação de profissionais com preparo verdadeiramente científico” (PINHEIRO FILHO, 1972: 23). Até dado momento, o curso de farmácia era ligado ao de medicina, e os estudantes de farmácia passavam quase que todo o curso pagando disciplinas voltadas para a medicina científica e somente eram ensinadas matérias necessárias aos farmacêuticos, no final do curso.

Na empreitada para a criação da Faculdade de Farmácia do Rio de Janeiro, Eugênio Marques de Hollanda “mandou buscar na Europa todo o equipamento necessário, selecionando o que havia de mais moderno, à época. Quanto ao prédio, foi-lhe cedida a antiga igreja de São Joaquim, na atual rua Marechal Floriano, onde depois foi o Colégio Pedro II” (PINHEIRO FILHO, 1972: 24). Foi necessário investimento e tempo para que fosse desvinculado o curso de farmácia do de medicina, mas a criação da Faculdade de Farmácia já foi um grande ganho para os novos aspirantes a farmacêuticos. Contudo, em 1887, “a escola teve a mesma sorte do Instituto. Foi fechada, e seu rico acervo transportado para a Faculdade de Medicina.” (PINHEIRO FILHO, 1972: 25).

A vida de sucesso de Eugênio Marques de Hollanda como farmacêutico renomado acabou pela manifestação de uma doença que o levou à morte em pouco tempo. “Nesta situação, e para dirigir o Laboratório, mandou vir de Teresina, seu sócio e sobrinho afim, Dr. Antônio Collet da Fonseca, e o prático de Farmácia, Firmo Borges” (PINHEIRO FILHO, 1972: 24).

6. Uma nova legislação foi criada e favorecia a criação de uma Escola superior de Farmácia, ligada ao Instituto Farmacêutico do Rio de Janeiro. Fundada em 1884, contou com recursos do próprio Instituto Farmacêutico do Rio de Janeiro, angariados de seus sócios farmacêuticos, droguistas e médicos. De acordo com seus estatutos aprovados em 1885, o curso da Escola Superior de Farmácia seria distribuído em quatro séries. Entretanto o seu funcionamento foi breve. Faltaram-lhe alunos e recursos suficientes. Em 1887 fecharam-se suas portas. O esvaziamento do Instituto Farmacêutico do Rio de Janeiro e o término de sua escola coincidiram com a crise do Império (EDLER, 2006: 63).

Optamos por apresentar Eugênio Marques de Hollanda e sua atuação na área farmacêutica devido ao seu trajeto precursor na produção de medicamentos industrializados no Piauí e fora dele. Além disso, boa parte de suas produções, inspirou o universo farmacêutico piauiense e nos medicamentos que passaram a circular nas décadas de 1930 e 1940, período no qual este artigo se detém também a explorar.

O campo da farmácia no Piauí entre as últimas décadas do século XIX e as primeiras décadas do século XX

No Brasil, as boticas e farmácias nos centros urbanos da segunda metade do século XIX, como Rio de Janeiro, São Paulo, Salvador, Recife, Ouro Preto, acabavam funcionando como locais de assistência médica e farmacêutica, além da prescrição e manipulação dos medicamentos (EDLER, 2006: 67). Nas palavras de André de Faria Pereira Neto, no início do século XX, profissionais médicos e farmacêuticos tinham dificuldade de delimitar o campo de práticas e saberes de curas aos quais aplicavam seus conhecimentos. Assim, “em muitos casos, ambos prestavam consultas e diagnosticavam, o farmacêutico tinha, ainda, a vantagem de aviar o medicamento” (PEREIRA NETO, 2001:63). Sobre a prescrição de medicamentos, desde os fins do século XIX, os farmacêuticos eram proibidos e em muitos casos submetidos a punições que iam desde privação do exercício profissional, à prisão e multas.

Já os médicos não poderiam exercer simultaneamente o ofício da medicina e da farmácia. Apenas em um caso, quando fosse “estabelecido em lugar onde não haja farmácia, poderá fornecer os medicamentos necessários ao tratamento de seus doentes, sem que lhe assista em hipótese alguma, o direito de ter farmácia aberta ao público” (APEPI, 1899: 143).

Entretanto nem sempre eram seguidas à risca as imposições aos farmacêuticos, que vendiam de tudo, principalmente nas cidades do interior, onde a fiscalização era mais dificultosa. No exercício da Inspeção Geral de Higiene do Piauí,⁷ surgiu o Regulamento da Diretoria de Saúde Pública do Piauí de 1898, em que foram colocados como pontos de fiscalização do governo “o exercício da Medicina, da Farmácia, da Obstetrícia, da Arte Dentária e do Comércio de drogas” (APEPI, 1899: 131).

Antes da criação do Regulamento, o exercício de farmacêuticos, em Teresina, já ocorria com frequência e, ao mesmo passo, com validação da população que procurava esses profissionais. As iniciativas contidas no Regulamento apenas traziam regras que deveriam ser seguidas e postas em prática por aqueles que desempenhavam a arte farmacêutica, a partir daquele momento.

Ainda sobre esses deveres e a presença da vistoria pública, no que tange à área farmacêutica, ficava a cargo do Estado “conceder as licenças de que tratam os artigos relativos à abertura de farmácias, laboratórios, drogarias, fábricas de produtos químicos ou farmacêuticos e de bebidas artificiais” (APEPI, 1899: 133). Nesse caso, só poderiam ser vendidos produtos aprovados. E, além disso, para que o Estado mantivesse controle sobre os profissionais atuantes, na tentativa

7. “A inspeção Geral da Higiene teria sido instituída com a República, antes disso o órgão era denominado Inspeção de Higiene da Província e encarregado de regulamentação, fiscalização e intervenção sobre as questões higiênicas e sanitárias do Piauí” (CARVALHO, 2010: 69).

de evitar o crescimento de praticantes sem diplomação ou licenças, passou a “matricular os médicos, farmacêuticos, parteiras e dentistas, declarando no verso dos respectivos títulos a folha do livro em que a matrícula tiver sido feita” (APEPI, 1899: 136).

A fiscalização não se dava somente em relação aos indivíduos praticantes, como também às dependências onde funcionavam as farmácias e drogarias, ficando clara a visitação desses ambientes, procurando disciplinar⁸ e ordenar o saneamento daquelas que fossem insalubres, ou, em alguns casos, fechar as que pudessem trazer danos à saúde pública.

E, para além do exercício dos fármacos, farmácias e drogarias eram também impostos pelo Regulamento a fiscalização dos medicamentos. Isso seria feito a partir de um estudo “dos processos químicos e análises das substâncias das drogas e fórmulas medicinais, sendo esse serviço destinado ao farmacêutico, que, a partir dessa atuação, seria denominado como químico da Diretoria de Saúde Pública” (APEPI, 1899: 140).

Para a garantia de licenças e funcionamento regular das farmácias, era exigido aos farmacêuticos uma série de quesitos a serem seguidos. Nesse caso, seria indispensável para as farmácias em funcionamento ou para aquelas que seriam abertas, estarem “suficientemente provida de drogas, vasilhame, utensílios e livros de conformidade com a tabela, e que o laboratório químico possua o material necessário às suas funções” (APEPI, 1899: 144). O historiador Flávio Edler descreve o cenário do interior de uma farmácia e quais as características herdadas de outros períodos anteriores ao século XIX:

No final do século XIX, as farmácias ainda mantinham boa parte do instrumental tecnológico herdado das boticas. Na sala da frente, prateleiras repletas de frascos de louça, brancos ou negros, de tamanho uniforme e inscrições douradas a fogo, onde eram guardadas as substâncias postas à venda. Nas dependências dos fundos, vedadas aos clientes, boiões, frascos de vidro e grandes potes de louça ou de barro encerravam o material sólido ou em pó. Lá também ficavam os instrumentos: almofariz para a maceração, cortador de raízes, tachos de bronze e coadores diversos; utensílios fundamentais para o preparo das receitas solicitadas pelos médicos ou muitas vezes indicadas pelos próprios farmacêuticos (EDLER, 2006: 94).

De acordo com Pereira Neto, com o Regulamento de 1920, foram estabelecidos novos requisitos do Departamento Nacional de Saúde Pública e um deles exigia que “um farmacêutico, para cumprir o que estava previsto, carecia de substantivo capital inicial aplicado na construção e habilitação do estabelecimento comercial para o seu pleno funcionamento” (PEREIRA NETO, 2001: 69).

Havia algumas drogas e medicamentos de A a Z, que deveriam estar presentes nas farmácias de Teresina entre fins do século XIX e início do século XX. Constatamos que a intensificação dessa exigência, com o passar dos anos, tornava-se cada vez mais eficiente.

8. “O poder disciplinar age como um dispositivo normatizador que tem como finalidade, produzir corpos dóceis e submissos ao poder empregado por instituições como os hospitais, as escolas, as fábricas, a família. E para além disso, produzir comportamentos que definem o indivíduo, de acordo com padrões de normalidade que se disseminam por toda a estrutura social”. FOUCAULT, 2014: 133-153.

Na tabela de drogas, medicamentos e produtos exigidos para as farmácias, analisamos que estes variavam entre ervas, cascas de paus, xaropes e manipulações químicas. Alguns deles se manifestavam de maneiras diversas, tais como: extratos, óleos, folhas, flores, raízes, tinturas, pós, pastilhas, sementes (APEPI, 1899: 169-176). A utilização das riquezas naturais da região era muito forte pelos farmacêuticos. Autores que analisam as terapêuticas e curas no Brasil Colônia mostram que as propriedades farmacêuticas e a sua comercialização têm uma relação direta com a face pragmática da ciência em Portugal e as potencialidades econômicas da flora brasileira, entre os séculos XVI ao XVIII (ABREU; NOGUEIRA; KURY, 2018: 56). A documentação trabalhada revela ainda a conexão no período estudado entre as potencialidades da flora e a dinâmica de mercado no Piauí.

A variedade de produtos parecia ser grande, mas, em alguns casos, toda essa exigência contida no Regulamento só ficava mesmo no papel, pois, na prática, muitos farmacêuticos acabavam não sortindo suas farmácias com o que era exigido nas tabelas e tampouco vendiam apenas os medicamentos controlados pelo poder público. Aviavam e preparavam medicações com as mais variadas ervas e drogas e, muitas vezes, seguiam fazendo bricolagens, utilizando-se de conhecimentos originados da observação de outros praticantes ou dos ensinamentos passados pela família para o cuidado dos doentes. Como afirma Thyego Cabral:

A legitimidade da botica científica nutriu-se de elementos simbolicamente aceitos pela população, anteriores à figura do farmacêutico com diploma, anteriores ao advento do remédio de laboratório. Autoridade tomada de crenças e artes de curar de origens africana, indígena e portuguesa (CARVALHO, 2010: 64).

Certamente, por conta dessas práticas de não seguir à risca o que continha nas exigências das tabelas e de se utilizar de algumas táticas, que iam para além do ofício farmacêutico, havia também a lista das substâncias que não podiam ser vendidas sem a receita médica. Entravam nessas proibições os produtos vegetais venenosos, os produtos animais venenosos e seus preparados, os produtos químicos e farmacêuticos venenosos e os venenos minerais (APEPI, 1899: 175).

Havia, também, para os droguistas,⁹ as proibições em relação aos produtos que não poderiam vender ao público, sem a autorização dos farmacêuticos, tais como: águas destiladas, alcoolatos, alcoolaturas, bálsamos (preparados farmacêuticos), cápsulas medicinais, cáusticos, cerotos, cigarros medicinais, injeções etc. (APEPI, 1899: 176). De acordo com Pereira Neto, deve-se levar em conta que, no início do século XX, a produção de medicamentos e drogas medicinais não era exercida apenas pelo farmacêutico e pelo prático de farmácia. Nesse mercado, havia também os droguistas e os herbanários¹⁰ que possuíam suas atribuições definidas pelo regulamento de 1920, sendo que os droguistas ficavam encarregados do comércio das drogas, e

9. “Os droguistas terão por fim o comércio de drogas, preparados oficiais devidamente autorizados, substâncias químicas [...] sendo-lhes absolutamente interdito, aviar receitas, manipular fórmulas magistras, fazer preparados oficiais, exercer, enfim, qualquer ato que seja privativo à profissão de farmacêutico” (PEREIRA NETO, 2001: 88).

10. “Os herbanários limitar-se-ão à venda de drogas simples vegetais ou animais, sendo-lhes expressamente proibida a venda de qualquer outra substância medicamentosa, mesmo aprovada pelo Departamento Nacional de Saúde Pública, salvo se o herbanário tiver licença de droguista, caso em que obedecerá ao estatuído para esse ramo de negócio” (PEREIRA NETO, 2001:89).

os herbanários limitavam-se a drogas vegetais ou animais (PEREIRA NETO, 2001: 71).

Existiam, também, nas farmácias, produtos diversos que poderiam ser encontrados em casas comerciais ou até mesmos nas pequenas plantações dos quintais das casas, chácaras e sítios, a exemplo do açafrão, algodão, alecrim, banha preparada, camomila, baunilha, cânfora, canela, fios de linho, gengibre, mel de abelhas, sabões, vinagres (APEPI, 1899: 169-176). As farmácias possuíam caráter agregador, com ampla circulação de pessoas e, por conta disso, uma de suas características era conter sortimentos de variados produtos. Segundo Irene de Nogueira Resende, essa característica, com o passar dos anos, só se ampliava e “nas cidades maiores as farmácias passaram a oferecer produtos de beleza e perfumaria, aumentando consideravelmente o público consumidor feminino” (REZENDE, 2015: 816).

Mesmo com a formação diplomada, era exigido dos farmacêuticos que mantivessem em suas farmácias alguns livros, para que fossem tomadas como base as ideias neles contidas, para a produção de seus preparados farmacêuticos. Na lista da tabela de exigências do Piauí, podemos encontrar o *Codez Medicamentarius*, da farmacopeia francesa, a última edição, enquanto não existisse a brasileira, bem como um *Livro Copiador de Fórmulas Médicas* (APEPI, 1899: 175).

No Brasil, desde o período da Colônia, circulavam manuais de medicina baseados, em sua maioria, nas experiências do próprio país, como o *Colóquio dos simples e drogas e coisas medicinais da Índia* (1563), do médico Garcia da Orta, que descrevia a presença de uma flora medicinal rica, analisada a partir de contato e observação dos saberes autóctones; o *Erário Mineral* (1735), do cirurgião Luís Gomes Ferreira, escrito, durante seu convívio em Minas Gerais, indicando diversos procedimentos para a cura das doenças que atingiam os mais “opilados e pobres”; a obra *Governo dos Mineiros* (1770), do cirurgião José Antônio Mendes, que era destinada especificamente aos senhores de escravos, para o trato de algumas doenças que nunca tinham sido vistas na Europa; e a obra *Farmacopeia geral para o reino e domínio de Portugal*, que tinha como finalidade criar um padrão para a preparação dos medicamentos em Portugal e suas colônias (ABREU;NOGUEIRA;KURY,2018: 38-57).

Entretanto, nas documentações utilizadas para esta pesquisa, não constatamos a presença de nenhum desses manuais médicos nas terras piauienses. Encontramos relatos da possível circulação dos Manuais de medicina popular do Dr. Chernoviz,¹¹ através do conto *Um caso*, e da obra *Memórias de um velho*, de Clodoaldo Freitas, em que o autor apresenta o manual como suporte para a prática de cuidados dos enfermos, por qualquer pessoa que tivesse conhecimento e contato com o referido manual. Os livros do Dr. Chernoviz, “muito mais que o contato regular com os médicos, foram um instrumento essencial para disseminar práticas e saberes aprovados pelas instituições médicas oficiais no cotidiano daquela população”(GUIMARÃES, 2005: 502). Diante disso, percebemos que o conhecimento dos farmacêuticos e médicos convivia, também, lado a lado, com os de outros praticantes de cura e que, em muitos casos, ambos detinham “manuais científicos” que auxiliavam seus saberes e práticas.

Em suas memórias sobre a cidade de Teresina, Orgmar Monteiro relata a procura de seus familiares pelos serviços de um farmacêutico, no início do século XX. Pelo seu relato, consta-

11. Segundo Maria Regina Cotrim Guimarães, o termo “manuais de medicina popular do dr. Chernoviz”, trata-se das duas mais conhecidas obras desse autor: Formulário ou guia médico e Dicionário de medicina popular (GUIMARÃES,2005:502).

tamos trechos de um dia do cotidiano do farmacêutico e de como era organizada e localizada a farmácia Colett. Segue a transcrição do diálogo entre o médico Arêa Leão e o farmacêutico Antônio Colett:

No cruzamento das atuais ruas Álvaro Mendes e Simplício Mendes, numa casa revestida de azulejos portugueses nas paredes externas, morava o farmacêutico Colett, tendo na esquina o seu estabelecimento farmacêutico. Vizinhos e amigos, o médico e o farmacêutico reuniam-se amiúde para jogar partidas de gamão. Por isto, quando o Dr. Arêa chamou o amigo na porta de acesso à residência, aquele foi dizendo-lhe que a tábua do jogo estava sobre a mesa, na sala. Fosse entrando que iria logo.

– Não vim jogar. Preciso de duas porções.

– Entre para a varanda e passe ao laboratório.

Por ser dia de domingo a farmácia estava fechada, isto é, as portas para a rua. Mas onde eram elaboradas as composições com o pomposo designativo de laboratório comunicava-se diretamente com a varanda. Assim, os dois juntaram-se naquela dependência da farmácia e o médico ditou ao farmacêutico as fórmulas das duas porções. Uma antitérmica, à base de salofênico e a outra adstringente e antibactericida.

Reunidos os ingredientes e feitas as composições foram estas acondicionadas nos frascos em que se colaram os formulários respectivos e posologia (MONTEIRO, 1987: 233-234).

Os estabelecimentos farmacêuticos, como afirma Irene Nogueira de Rezende, eram locais de “relações de sociabilidade vividas e vivenciadas nas farmácias espalhadas por todo o Brasil, particularmente no final do século XIX até meados do XX, quando essas casas negociantes constituíam um lócus de grande importância dentro das comunidades urbanas” (REZENDE, 2015: 816). É o que constatamos com essa passagem descrita por Orgmar, em que vizinhos, amigos, profissionais farmacêuticos e médicos reuniam-se, nos entornos da farmácia, para diversão, com reuniões para jogo e rodas de conversas.

Um outro ponto interessante mencionado nas memórias encontra-se na autoridade do médico na prescrição do medicamento a ser manipulado. Sabemos que, nesse mesmo período e em outros, eram comuns casos em que o farmacêutico prescrevia a receita e manipulava a medicação por conta própria, deixando de atender ao que era estabelecido nas regras a serem seguidas pela profissão. Mas notamos também a aliança necessária entre os dois profissionais, já que, para a solução de muitos casos de doenças com eficiência, deveria ocorrer o reforço mútuo de ambos. Havia, porém, localidades onde não havia a presença de nenhum dos dois profissionais, constando, em muitos casos, apenas o farmacêutico ou um prático em farmácia. Portanto, “em tempos de poucos médicos e dificuldade de acesso a hospitais – e muitas vezes a inexistência deles – era a farmácia uma espécie de porto seguro para as populações do interior do Brasil” (REZENDE, 2015: 817).

Ainda sobre a farmácia, Buggy Britto apresenta, por meio de suas memórias, que “A farmácia Collet era a mais importante da cidade” (BRITO, 1977: 176). O pai de Buggy, Raimundo de Souza Britto, era farmacêutico licenciado da cidade e dos povoados próximos de Oeiras,

“tinha uma farmácia que herdara do pai e uma prática muito grande na aplicação de remédios a doentes, desde menino trabalhava nesse mister” (BRITO,1977: 109-110). O avô, Benedito de Souza Britto, além de advogado, exercera a atividade de farmacêutico prático. Segundo Bugyja, ele “tinha clientela na advocacia e a sua farmácia, de nome Minerva, que ainda alcancei, tinha grande movimento na cidade, pois na época se faziam a manipulação e vários remédios que eram consumidos localmente” (BRITO, 1977: 84).

Quando o avô falecera, no ano de 1915, a família mudou-se para a capital, Teresina. Para a aventura na nova cidade, foi preciso que o pai vendesse a farmácia. Ele recorda: “meu pai vendeu parte da farmácia, apenas drogas e remédios avulsos a um farmacêutico prático, local” (BRITO, 1977: 148).

Ao chegar a Teresina, Raimundo Britto, por possuir experiência na área da farmácia, já que desde jovem auxiliava e aprendia esse ofício, foi em busca de emprego que não o retirasse do balcão e da venda das fórmulas farmacêuticas. É nesse cenário que, mais uma vez, a farmácia Colett é apresentada:

Meu pai trouxe um certo dinheiro, chegou em Teresina com um líquido de 900\$000 (novecentos mil réis), e para quem não ia pagar aluguel de casa, e empregara-se logo na Farmácia Collet como farmacêutico auxiliar do estabelecimento, não sofreu no primeiro ano dificuldades financeiras. Estas começaram praticamente em 1916. O Dr. Antonio Collet, dono da farmácia, tinha sido amigo do meu avô Benedito, daí ter convidado meu pai. A farmácia tinha outro sócio e farmacêutico principal: Firmino Borges, profissional probo. O meu pai não demorou no emprego de destaque (A farmácia Collet era a mais importante da cidade) e talvez sem motivo ‘insuperável’ como dizia a minha avó Umbelina, abandonou a farmácia (BRITO, 1977: 176).

Mesmo com a saída da farmácia Colett, Raimundo Britto continuava na tentativa de manter seu ofício e várias foram as maneiras de manter as rendas de casa, com a atividade de licenciamento farmacêutico. Segundo Bujyja: “o meu pai exercera, precariamente e por conta própria, a atividade farmacêutica, especialmente na zona suburbana de Teresina, de forma que os ganhos eram poucos, avulsos e desacertados” (BRITO, 1977:178). Havia a dificuldade de montar uma farmácia na capital, não somente pelas questões financeiras, mas também por ser apenas prático em farmácia, mesmo sendo licenciado pela Diretoria de Saúde Pública do Estado. Nessas ações em que se empenhava por conta própria em Teresina e nas cidades circunvizinhas, corria o risco de pagar multas ou até mesmo perder a licença concedida, já que estava dentro de suas práticas “aplicar o remédio ou vendê-lo, ou até prepará-lo, pois fazia manipulações e aviamento de receitas médicas” (BRITO, 1977:178).

Apresentamos, até aqui, como ocorreu a atuação de farmácias e de alguns farmacêuticos na cidade de Teresina, passando pela segunda metade do século XIX e início do século XX. É importante fazer esse panorama, a fim de apontar quais as mudanças e permanências ocorridas no ofício farmacêutico na cidade de Teresina e, como a partir de uma política mais centralizadora durante as décadas de 1930 e 1940, o Estado, com seus projetos voltados para a área da saúde, manteve alianças ou não com esses profissionais.

A organização da Diretoria de Saúde Pública do Piauí, em 1931, também modificou algumas medidas para o ofício farmacêutico em Teresina. Dessa maneira, foi instalada uma Inspeção de Farmácia que passou a ter um fiscal de farmácia, sendo que, de acordo com o Decreto Federal n. 19.606, esse fiscal ficava incumbido de, regularmente, fazer o serviço de fiscalização, para além da capital. A pretensão era de que, a partir de 1931, fosse feito esse serviço no maior número possível de municípios (PIAUI, 1932: s.p).

Sabemos que a fiscalização das farmácias nos municípios era muito incipiente, à época, e mesmo com essas ações voltadas à regulamentação desses estabelecimentos, certamente, ocorriam infrações. Contudo, naquele ano, foram “legalizadas 32 farmácias, sendo 11 na capital e 21 nos municípios” (PIAUI, 1932: s.p).

Para aquela época, a preocupação do Estado não estava somente voltada para a legitimação do exercício farmacêutico ou para a deslegitimação de outros praticantes de cura. De acordo com o relatório, estavam “trabalhando com grande interesse para acabarmos de vez com o abuso do comércio de vender drogas, iremos aos meios punitivos, mas temos convicção que em pouco tempo não teremos mais este comércio clandestino” (PIAUI, 1932: s.p). Certamente, essa procura por punir o comércio de drogas clandestino dava-se por interesse do Estado em sancionar para si o que fosse relacionado à área farmacêutica, possuindo meios de legalizar ou não o que fosse referente à área.

Algumas permanências sobre o exercício farmacêutico de décadas anteriores continuavam vigentes, mesmo após a organização da Diretoria de Saúde Pública. Uma delas era a ordem mantida pelo prefeito de Teresina, João Martins do Rêgo, durante o ano de 1931, da Lei n. 175, de 11 de julho de 1925. Segundo a mencionada lei:

Art.1: São obrigadas ao plantão noturno as farmácias desta capital, de maneira que em cada noite, fique de prontidão pelo menos uma farmácia. No estabelecimento considerado em serviço, pernoitará pessoal habilitado a aviar com segurança e presteza as receitas médicas e atender as necessidades urgentes do povo. Art.: 2 Para conhecimento dos interessados o intendente fará publicar pela imprensa a distribuição do plantão, expedirá instruções a respeito e tomará as providências necessárias para a fiel execução da presente lei. Art. 3: Ficam os infratores sujeitos a multa de 30\$000 e o dobro nos casos de reincidência. Art. 4: Revogam-se as disposições em contrário. As receitas médicas a que se refere o inciso 1 do art.1 devem trazer a declaração urgente (TERESINA...,1931:12).

A exigência dos plantões noturnos das farmácias pode revelar pontos variados sobre a presença e exercício desses estabelecimentos. Acreditamos, porém, que a solicitação desses plantões ocorria pela demanda da população por medicamentos e serviços dos farmacêuticos. Pela lista das farmácias que deveriam seguir os plantões noturnos, temos a ideia de quais farmácias funcionavam regularizadas à época, na capital, e o nome de cada uma. Entre os anos de 1935 a 1942, eram elas: Farmácia B. Sá, Farmácia Cruz, Farmácia do Povo, Farmácia Beija, Farmácia Ferraz, Farmácia Marinho, Farmácia Collet, Farmácia Chaves, Farmácia dos Pobres, Farmácia Santa Teresinha, Farmácia Santo Antônio e Farmácia Portella.

Em nossas análises, constatamos a presença dos serviços e medicamentos em Teresina, de uma farmácia chamada “Farmácia Central Homeopática, de São Luís–Ma”. Eram ofertados medicamentos da homeopatia, pomadas, unguentos, bálsamos etc. E, para maiores informações, em Teresina, no anúncio da farmácia, foi disponibilizado que se procurasse D. Célia Freitas, residente na rua da Glória, número 30-1 (FARMÁCIA...,1935:11).

Um ponto que constatamos ser diferente das décadas iniciais do século XX foi a maior oferta de provas de competência para práticos e a possibilidade de abertura de farmácia e a autorização desses como responsáveis pelas farmácias, quando da falta do farmacêutico diplomado. Sobre isso, foi destacado o seguinte:

Licenças para abrir farmácia onde não tem farmacêutico diplomado, somente depois do candidato ter submetido as provas de competência exigidas nas nossas instruções provisórias. Vamos exigir agora a permanência constante de práticos diplomados nos respectivos estabelecimentos, pois nem sempre o farmacêutico responsável está presente, ausentando-se muitas vezes quando vão em procura de novos sortimentos (PIAUÍ, 1932: s.p).

Em um semestre de atuação, ou seja, entre os meses de julho a dezembro, procurando pôr em prática essas medidas, a Diretoria de Saúde Pública apresentou o seguinte movimento sobre as farmácias, farmacêuticos e práticos: Ofícios expedidos: 139; Ofícios recebidos: 102; portarias assinadas: 19; Petições recebidas: 27; Inspeções realizadas: 34; para efeito de licenças: 30; para efeito de aposentadorias: 04 (PIAUÍ, 1932: s.p).

Durante o ano de 1933, foram registrados 13 farmacêuticos, os práticos proprietários de farmácia e auxiliares de farmacêuticos, os vendedores de drogas tiveram as suas situações legalizadas perante a Diretoria, de acordo com a lei em vigor (PIAUÍ, 1934: s.p). Nos anos posteriores, a Diretoria continuava a registrar um número crescente, tanto de farmacêuticos diplomados, quanto de licenciados, bem como continuava a conceder licenças para farmácias e vendas de drogas. E ainda, a Diretoria com o passar dos anos conseguiu “controlar o movimento de tóxicos- entorpecentes, de todas as farmácias desta capital” (PIAUÍ, 1937: s.p).

Com todas as exigências aplicadas pela Diretoria de Saúde Pública, frente à inspetoria de farmácia, mencionaremos um caso ocorrido no ano de 1937, em uma determinada farmácia. Para além disso, procuraremos apresentar como era organizada uma farmácia à época e como ocorria a fiscalização dos estabelecimentos farmacêuticos. O caso que será relatado aconteceu na Vila de Porto Alegre, na farmácia do Sr. Gerson Castello Branco. O inspetor farmacêutico, encaminhado através de uma portaria, foi recebido pelo proprietário do estabelecimento e, segundo sua própria narrativa, encontrou a seguinte situação:

Comecei por pedir que me fosse mostrado o talão de licença deste ano. O referido talão de licença é datado de 13 de janeiro de 1937. Em sentido transversal está feita em letras vermelhas, a observação seguinte: – sujeito a legislação federal que rege a matéria – em 13.01.1937 – Dr. Manoel Sotero Vaz da Silveira, Diretor de Saúde Pública. Examinei minuciosamente o livro de registro do receituário e o de registro de entrada e saída e tóxicos, entorpecentes e hipnó-

ticos, não tendo encontrado nenhuma irregularidade. O prédio em que funciona a farmácia e que também serve de residência a seu proprietário, é bem localizado, muito bem arejado e iluminado. A farmácia não tem laboratório separado. É um único e vasto salão, muito claro e ventilado onde funciona a seção de venda e onde se manipula, medindo 42,28m, não é revestido de ladrilhos. É assoalhado com tábuas de cor parda, as paredes são caiadas. Não tem nenhum revestimento de azulejos, tendo na base uma faixa de roxo-terra de cerca de 0,60 m de altura (PIAUI, 1938: s.p).

Pelo que é apresentado no trecho acima, havia uma fiscalização das farmácias nos municípios ou povoados do estado. No caso dessa farmácia em específico, o seu funcionamento estava de acordo com as exigências da Diretoria de Saúde Pública, contudo o que não se sabe é se era possível fiscalizar todos os estabelecimentos e se esses seguiam o mesmo modelo da farmácia mencionada, a qual, ainda de acordo com o relatório do inspetor, tinha as seguintes condições:

As drogas, produtos químicos e especialidades farmacêuticas estão acondicionadas em boas prateleiras de madeira, quase todas envernizadas e envidraçadas. Não há cofre ou armário especial fechado à chave para a guarda das substâncias tóxicas, as quais são guardadas em um compartimento, dependência de uma das prateleiras a que já aludi, com outros produtos químicos. Como interpeleasse o proprietário da farmácia, a respeito, informou-me que habitualmente tem os tóxicos acondicionados em uma gaveta fechada a chaves, explicando os motivos por que se achavam no momento no lugar onde os vi. A farmácia embora não tenha rigorosamente todo o vasilhame e utensílios constantes das tabelas organizadas pelo Departamento Nacional de Saúde Pública, contudo está provida das drogas e vasilhames indispensáveis, exceto alambique, sendo a água destilada consumida, importada de Parnaíba em garrafas. Não há instalação de pia com água corrente, nem filtros de vela sob pressão. Existem, todavia, dois bons filtros de outros modelos em pleno funcionamento. A mesa de manipulação é uma pequena mesa de madeira, quase tosca, sem pés de ferro, nem tampo de mármore, ou substância semelhante. Anexo ao salão da farmácia há um pequeno compartimento ladrilhado servindo de armazém. Tanto na casa como nos móveis e utensílios, em tudo, observei asseio e ordem (PIAUI, 1938: s.p).

A organização das farmácias quase se manteve a mesma, desde a passagem do século XIX ao período aqui analisado, ou seja, fins da década de 1930. Outro ponto interessante que merece destaque é o fato de que nem sempre as exigências feitas pelo Departamento Nacional de Saúde Pública eram seguidas à risca. Isso se devia, sobretudo, às condições gerais das localidades em que as farmácias estavam situadas, o que fazia que funcionassem dentro das possibilidades. É o que acontecia, no caso da farmácia referida acima, em que, na falta do alambique, a água destilada consumida no estabelecimento era importada de Parnaíba. Contudo, ainda que com essas restrições, estava provida de drogas e vasilhames indispensáveis e com a higienização em ordem, ofertando o que era fundamental para uma farmácia.

No ano de 1939, a inauguração de uma farmácia na capital tomou as páginas dos jornais e

apresentava um fato interessante que relataremos aqui. Tratava-se da “Drogaria e Farmácia Sul Americana” da firma Elias João Tajra e Filhos. Segundo a notícia do *Jornal Diário Oficial* sobre a inauguração da farmácia, teria sido um:

Acontecimento de grande valor e extraordinária repercussão comercial, não podemos deixar de manifestar aqui as nossas simpatias e aplausos por tão magnífica iniciativa. Há muito que a importante rua Paissandu vinha tomando um deslumbrante aspecto com a construção do magnífico e suntuoso edifício adaptado especialmente para nele ser instalado tão importante estabelecimento. Na verdade Teresina se ressentia da falta de uma drogaria e farmácia modelar, onde não só atendesse as necessidades de nossa capital, cujo adiantamento e progresso se desenvolve dia a dia, como também satisfizesse ao desejo das populações do interior, aviando com vantagens, de preços de todo e qualquer laboratório do sul (FARMÁCIA..., 1939: 6).

O evento de inauguração também contou com a presença de figuras ilustres da capital, o Interventor Federal, Leônidas de Castro Melo, o prefeito de Teresina, Lindolfo do Rego Monteiro, os representantes da imprensa, parte do corpo médico e farmacêutico, famílias e uma grande quantidade de pessoas, além do padre Raimundo Nonato, à época, vigário da igreja das Dores, que esteve presente para a concessão de sua benção ao estabelecimento.

O fato interessante sobre a inauguração da farmácia que nos referimos é que o estabelecimento estava sob a direção “da talentosa farmacêutica Fúmia Tajra que tão brilhante curso fez no Rio, auxiliada pelo conceituado prático Sr. Luiz Chaves” (FARMÁCIA, 1939: 6). Durante nossas análises para a construção deste trabalho, constatamos que não era comum a presença de mulheres no exercício farmacêutico naquela época no estado. Além de Fúmia Tajra, só encontramos referências às farmacêuticas Aurea Alves da Silva e Else Lima Figueiredo (RELAÇÃO DOS..., 1945: 447). Isso certamente se devia ao fato de que o ofício de farmacêutico, desde tempos anteriores, era destinado aos homens, inclusive a formação diplomada restrita a esse gênero. As mulheres eram mais frequentes no exercício dos partos. O único caso que encontramos anterior a esse, com uma farmácia sob os comandos de uma mulher em Teresina, era o da Botica do Povo, fundada pelo farmacêutico José Pereira Lopes,¹² no início do século XX, mas sempre aos cuidados de sua esposa, Dona Lili Lopes, reconhecida cotidianamente como “a dona daquele estabelecimento comercial. E, além disso, residia no interior da casa em cuja esquina funcionava a sua farmácia” (MONTEIRO, 1987: 406). Em um livro de memórias de Genu Moraes, neta de Dona Lili, é ressaltado por ela uma situação vivida por seu pai, Eurípedes de Aguiar¹³, então

12. José Pereira Lopes formou-se em farmácia pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Fundador e chefe de análises clínicas, Químicas da Policlínica daquela cidade. Fundou, em 1886, a Farmácia Botica do Povo, em Teresina. Professor de História Natural, Biologia e Inglês do Liceu Piauiense. Foi redator dos jornais A Vanguarda, Legalidade e Estafeta. Lecionou Inglês no Liceu Piauiense. Integrou a Junta Governativa do Piauí, com a deposição do governador Gabriel Luís Ferreira, em 21 de dezembro de 1891 (KRUEL, 2015:113).

13. Eurípedes Clementino de Aguiar, filho de Helvídio Clementino de Aguiar e de Genovefa Nogueira Lobão, nasceu a 19 de janeiro de 1880, em São José dos Matões (Maranhão), onde o pai exercia o cargo de juiz de Direito. Eurípedes de Aguiar estudou as primeiras letras no Colégio de Karnak, fundado a 15 de janeiro de 1890 pelo professor Gabriel Luís Ferreira. Formado em medicina em 29 de dezembro de 1902, primeiro lugar da turma, Eurípedes de Aguiar regressou ao Piauí, indo se instalar inicialmente em Floriano e posteriormente em Teresina. (KRUEL, 2011:29-33).

genro de Dona Lili, quando teve a experiência de trabalhar com a sogra, na Botica do Povo. A situação é a seguinte:

Vovó Lili Lopes pensava assim, com os seus frascos de remédios: papai consultaria os doentes e ali mesmo aviaria a receita, o que aumentaria em muito, sem dúvida, os negócios dela. Mas, à medida que papai começou a trabalhar, as vendas começaram a cair. Ela, mulher prática, ficou de orelha em pé. Um dia pegou papai dizendo para uma pessoa que ele estava atendendo: – ‘para esse seu mal, tome chá de planta tal. Não tome esses remédios de farmácia, não, que eles matam mais depressa’. Papai receitava o uso de plantas medicinais que podiam ser encontradas nos jardins ou nos quintais das residências. Mulher prática, vovó Lili Lopes não contou conversa: dispensou-o de suas funções (KRUEL, 2015: 123).

Do relato acima, podemos constatar o quanto Dona Lili era envolvida nos negócios da farmácia, procurando as melhorias para o estabelecimento com a presença de um médico, mas, acima de tudo, o lucro. Bem como, era comum na prática de alguns médicos, o receituário de remédios caseiros, da indicação do uso de ervas e plantas para a cura, evidenciando a mistura dos saberes terapêuticos, nas variadas práticas de curas.

Outro ponto que constatamos a respeito da Inspeção de Farmácia, é que a mesma passou a apresentar, durante a década de 1930, os municípios onde foram criadas farmácias, certamente com o intuito de mostrar a eficiência no exercício da fiscalização e o crescimento da demanda de farmácias legalizadas em variadas localidades. Sabe-se que havia também, em meio às farmácias regulamentadas, aquelas que não seguiam os critérios exigidos e acabaram não sendo regularizadas, portanto, os números podem não ser exatos, são os que foram constatados pela inspeção.

Diante do que foi analisado sobre os municípios e a regulamentação das farmácias, observamos que, no caso específico do município de Altos, até 1941, não havia uma farmácia registrada pela Inspeção. Foi então que o prático licenciado, Abmael Soares da Rocha, solicitou licença para a abertura de uma farmácia na cidade. A seguir a petição:

Exmo. Sr. Dr. Diretor Geral, do Departamento de Saúde do Estado, o signatário deste prático licenciado, desejando estabelecer-se com farmácia, na cidade de Altos, deste Estado, na qual não existe estabelecimento do referido gênero de comércio, como prova com os documentos juntos, vem requerer a V. Excia, que se designe conceder-lhe licença para o aludido fim (DEPARTAMENTO DE SAÚDE DO PIAUÍ..., 1941:7).

Quando era solicitado por um prático licenciado a abertura de uma farmácia, a Inspeção publicava um edital “oito vezes consecutivas, se quinze dias depois da última publicação não se apresentar profissional diplomado que se queira estabelecer com farmácia na referida cidade de Altos, será concedida a licença solicitada” (DEPARTAMENTO DE SAÚDE DO PIAUÍ..., 1941: 7). Certamente foi aceito o pedido do prático licenciado, já que a documentação apresenta a presença de uma farmácia na cidade no ano de 1941.

Ainda destacando o serviço ilegal das farmácias e farmacêuticos, não constatamos em Teresina nenhum caso, durante esses anos. Entretanto, mencionaremos dois ocorridos na cidade de Parnaíba, no ano de 1941. Em relatório apresentado à promotoria pública e ao juiz da comarca de Parnaíba, foi mencionado o caso de José Mendes da Silva, conhecido como Cazuza, realizando na cidade o exercício ilegal da medicina. Constatamos, porém, que o citado cidadão agia irregularmente, também, no que tange ao exercício farmacêutico, pois referia-se “como conhecedor dos assuntos médicos-farmacêuticos e a vender por altos preços beberagens e elixires, praticando atos que a lei expressamente proíbe aos leigos e aos inescrupulosos” (PIAUÍ, 1942: s.p).

Como já mencionamos neste artigo, havia critérios que deveriam ser seguidos pelos médicos e farmacêuticos e que estavam relacionados especificamente a suas áreas. Ao médico, não era permitido a venda e o aviamento de medicamentos e, ao farmacêutico, não era permitido a emissão de receitas e consulta dos pacientes. No caso de Cazuza, ele não se enquadrava em nenhuma das profissões, já que agia ilegalmente no exercício médico-farmacêutico. Uma outra irregularidade feita por ele foi ter receitado “a Luiz Felipe de tal certo medicamento que lhe vendeu pela quantia de 100\$000 (cem mil réis), garantindo-lhe não somente melhora no estado de saúde, mas inteiro reestabelecimento”. (PIAUÍ, 1942: s.p) Algumas testemunhas participaram da situação e o caso foi considerado como crime de ação pública. O outro caso, que envolve o exercício ilegal, teria ocorrido também em Parnaíba, onde um sujeito chamado Figueron Lacerda Saldanha exercia ilegalmente a medicina, explorando a população inexperiente da cidade. O caso foi denunciado e com isso, o pedido de prisão preventiva do indivíduo (PIAUÍ, 1942: s.p).

Em excursão à cidade de José de Freitas, durante o ano de 1942, para a inauguração de um posto médico, o interventor do Estado mencionou agradecimentos aos serviços que o proprietário de comércio e farmacêutico licenciado, Sr. José de Freitas Filho, prestava à população daquela cidade. De acordo com o interventor, o licenciado em farmácia “assistia aos doentes que o procuravam, tornando-se por isso, um benemérito de sua gente” (INAUGURADO...,1942:12). Não sabemos se o licenciado prestava, serviços médicos aos doentes. O mesmo, inclusive, recebeu como homenagem, aos benefícios prestados, a colocação de seu nome no posto médico inaugurado.

Durante o ano de 1943, o Dr. Vitorino da Assunção, encarregado do serviço de fiscalização da medicina, apresentou ao Diretor Geral do Departamento de Saúde, a quantidade de farmácias existentes no estado durante o ano de 1942, constando, ao todo, 58 estabelecimentos farmacêuticos, sendo somente 55 licenciados. Foi relatado, ainda, que duas delas estavam em situação irregular e que a outra não solicitou renovação de licença. Conforme o mesmo documento, havia três laboratórios industriais farmacêuticos no estado, sendo um na capital e dois no interior. Dos municípios piauienses, 29 municípios possuíam farmácias e 18 encontravam-se sem a presença delas (PIAUÍ, 1944: s.p). Não possuímos mais dados sobre quais eram os municípios sem farmácias.

Sobre a presença dos laboratórios industriais farmacêuticos no estado, focaremos aqui em dois municípios, Parnaíba e Floriano. Reconhecidos na primeira metade do século XX, como grandes produtores de medicamentos no Piauí. Em Parnaíba, a Farmácia do Povo, inaugura-

da em 1927, pelo farmacêutico diplomado pela Universidade Federal do Pará, Raul Barcellar,¹⁴ ganhou destaque laboratorial na produção e venda de medicamentos no estado e fora dele. A Farmácia do Povo, atendia especialmente ao público carente da cidade. Mesmo localizada no centro comercial de Parnaíba, oferecia serviços desde as pessoas que moravam em torno do perímetro urbano, àquelas que habitavam regiões mais afastadas, inclusive o estado do Maranhão (A FUNDADOR...,1999, s.p).

Em Floriano, outro empreendimento farmacêutico ganhava nome e destaque, nas primeiras décadas do século XX. Tratava-se do Laboratório e Farmácia Sobral, pertencente ao farmacêutico Theodoro Ferreira Sobral.¹⁵ A Farmácia Sobral foi instalada no ano de 1919, na antiga rua Álvaro Mendes, atual avenida Getúlio Vargas e, no ano de 1925, é construída uma sede própria do estabelecimento farmacêutico no n. 189 da mesma rua (COSTA, 2013: 141). A farmácia acaba ganhando status de laboratório anos depois, quando um dos filhos de Theodoro Sobral, Almicar Ferreira Sobral,¹⁶ torna-se farmacêutico e integra-se à farmácia Sobral. Por ele foi implantado um sistema de ampliação de vendas de medicamentos, em que um representante viajava pelas estradas do interior piauiense, fazendo vendas de remédios variados (COSTA, 2012: 89). O laboratório era afamado pela venda das “Pílulas Azues Sobral” importante na cura do impaludismo e febres, enviadas para qualquer parte do Brasil e o “Hermil” poderoso depurativo do sangue e também utilizado para o tratamento da sífilis.

Junto à notável fama do estabelecimento dada ao pai e filho farmacêuticos, existia a figura de uma mulher, Raimunda Nonata Santana Duarte¹⁷ era o nome dela, porém, a cidade a conhecia como “Mundica da Farmácia”. Começou a trabalhar na Farmácia Sobral no ano de 1946. E muito dedicada ao trabalho que exercia, procurava atrair clientes ao estabelecimento, sempre muito jeitosa, principalmente com os mais necessitados. Além disso, possuía grande admiração dos

14. “Nascido na cidade maranhense de Brejo dos Anapurus, no ano de 1891, Raul Furtado Barcellar iniciou o curso superior de farmácia na cidade do Rio de Janeiro. De lá, Raul Bacellar seguiu para a cidade de Belém, onde conseguiu se formar na Universidade Federal do Para (UFPA). Logo após a sua formatura, começou a trabalhar viajando pelos rios da Amazônia, combatendo com cautela a cruel febre amarela. Foi nessas viagens que conheceu o grande cientista brasileiro, Oswaldo Cruz. No ano de 1920, chegou a Parnaíba, com a intenção de montar uma farmácia, onde pretendia fazer consultas para as pessoas mais carentes”.A FUNDADOR. Farmácia vira museu em homenagem. *Meio Norte*. Parnaíba, n. 75, 14 ago. 1999.

15. Nascido em Amarante (PI), em 7 de janeiro de 1891, filho de Manuel Ferreira da Silva Sobral e Hermínia de Paiva Sobral. Em sua cidade natal cursa o primário, seguindo em 1908 para Teresina (PI), onde fez o preparatório para o Curso de Farmácia no Liceu Piauiense. Em 1909, segue para Bahia, cidade de São Salvador, onde inicia na Faculdade de Medicina e Farmácia seu curso superior. Em 15 de dezembro de 1910, com vinte anos incompletos, cola grau e lhe é conferido o diploma de Farmacêutico. Em janeiro de 1911, chega a Amarante onde passa a exercer sua profissão, primeiramente trabalhando em uma farmácia existente na cidade. Em março funda sua Empresa Farmacêutica, estabelecida na Rua Amaral, 23. Em 1918, transfere sua farmácia por um curto período para a cidade maranhense de Caxias, onde passa a residir e posteriormente muda-se para Floriano (PI), onde instala a Farmácia Sobral (COSTA, 2013: 141)

16. Almicar Ferreira Sobral nasceu em Floriano (PI) em 13 de outubro de 1917, filho mais velho de Dr. Theodoro Ferreira Sobral e de D. Luiza Madeira Coelho Nunes Sobral. Cursou o primário até 1928 em sua terra natal, indo depois para Fortaleza (CE), tendo na capital estudado no Colégio Castelo de 1930 a 1935 e no Colégio Militar do Ceará, onde chegou ao posto de Capitão Aluno. A pedido de seu pai, abandona a carreira de militar para abraçar a de farmacêutico. Então foi estudar na Bahia, onde em 1936 a 1937 fez o pré-universitário, e de 1938 a 1940, cursou a faculdade de Medicina e Farmácia, tendo colado grau em 1940. (COSTA, 2012: 89).

17. Raimunda Nonata Santana Duarte nasceu em Floriano (PI), no dia 22 de dezembro de 1922, mulher humilde e embora não possuindo diploma de curso superior, desempenhou com eficiência as suas funções quando trabalhou por vinte anos na Farmácia Sobral. (COSTA, 2018: 159-164).

viajantes (vendedores de medicamentos de importantes laboratórios da época). A pedido do Dr. Theodoro Sobral, também, depois, do Dr. Amilcar Ferreira Sobral, despachava com os mesmos, comprando os remédios já inexistentes no estoque, procurando mantê-los atualizados, principalmente daqueles destinados à cura das doenças mais comuns da época (COSTA, 2018: 164).

Apesar de não possuir laboratório, outro farmacêutico da cidade de Floriano tinha grande destaque no Piauí. Tratava-se de Fernando de Oliveira Marques, diplomado pela Escola de Medicina da Bahia. Estabelecido em Floriano, após a formatura, ganhou fama na primeira década do século XX, pela produção e venda, na Farmácia Marques, de seus preparados antifebris, “Licor de Santa Rosa” e as “Pílulas de Santa Rosa”, produzia também a “Salsaparrilha Marques” utilizada no tratamento digestivo e para o aumento de apetite, as “Gotas de alho e Eucalipto” para o combate a gripe, moléstias da garganta e bronquite, e também a “Tintura da Floresta” para o tratamento do estômago (MARQUES, 1922: s.p). Esses produtos eram testados dentro e fora do Piauí, evidenciando as riquezas naturais sertanejas, já que as composições provinham da flora do estado.

Uma outra atividade que seguia na ativa pela Diretoria de Saúde durante as décadas de 1930 e 1940, frente à fiscalização farmacêutica, refere-se ao serviço de fiscalização de entorpecentes. No ano de 1938, a partir do decreto-lei n.891 e de um acordo com a organização federal, foi estabelecido um projeto de instruções sobre o uso e comércio de entorpecentes para o estado. As exigências estariam na fiscalização redobrada a qual seria “realizada na sede do serviço e nas farmácias em visto prévio e posterior, no receituário, em exames de escrituração, em conferências de balanço de estoque etc.” (PIAUI, 1944: s.p). No ano de 1942, saiu nota com esclarecimentos para a organização dos mapas de entorpecentes. A partir disso, todas as farmácias deveriam “preencher as linhas em branco do cabeçalho indicando o nome do estabelecimento, a firma comercial e o endereço” (DEPARTAMENTO DE SAÚDE DO PIAUI..., 1942: 9).

Um decreto-lei foi emitido no ano de 1943 pelo chefe do executivo, regulamentando a propaganda de preparados farmacêuticos (BRASIL..., 1943: 1). Os anúncios de medicamentos estampavam as páginas dos jornais desde o século XIX, porém, com a emissão da lei, algumas exigências foram postas, para que esse tipo de propaganda continuasse presente na imprensa. Dessa forma, a inspeção tornava-se bem mais rigorosa, que nos anos anteriores apresentados aqui e dificilmente as farmácias, especialmente as da capital, passavam despercebidas.

Considerações finais

A prática farmacêutica, desde a segunda metade do século XIX, passou a adquirir notável relevância no país. Naquele cenário de disputas entre farmacêuticos e médicos, o interesse maior do grupo dos fármacos era a constituição de uma autonomia, visto que a produção de medicamentos feita por eles, ainda contava com a influência dos médicos seja no aviamento da receita ou na intromissão no exercício da farmácia. Além disso, durante muito tempo o curso de farmácia esteve atrelado ao de medicina.

Nesse cenário, o farmacêutico Eugênio Marques de Hollanda e alguns outros farmacêuticos seguiam exercendo suas terapêuticas no Piauí e fora dele, estabelecendo fama e influência,

produzindo e vendendo seus preparados farmacêuticos, e com o passar dos anos, auxiliados pela crescente indústria farmacêutica, que incorporava remédios considerados cada vez mais eficazes.

Já no início do século XX, em que a presença do estado se intensificou, principalmente durante as décadas de 1930 e 1940, o exercício de farmacêuticos e farmácias no Piauí acontecia mediante a fiscalização dos farmacêuticos diplomados, dos licenciados em farmácia, ao exercício ilegal da prática farmacêutica, das licenças concedidas para a abertura de um estabelecimento farmacêutico e da fiscalização do comércio de entorpecentes.

Referências

Fontes

A FUNDADOR. Farmácia vira museu em homenagem. *Meio Norte*. Parnaíba, n. 75, 14 ago. 1999.

APEPI. *Leis e decretos do Estado do Piauí no ano de 1898*. Teresina: Tipografia d'O Piauí, 1899.

BRASIL. Decreto-lei n. 4113. *Diário Oficial*. Teresina, ano 13, n. 2, p. 1, 4 jan. 1943.

DEPARTAMENTO DE SAÚDE DO PIAUÍ. Secção de fiscalização do exercício profissional... *Diário Oficial*. Teresina, ano 12, n. 76, p. 9, 7 abr. 1942.

DEPARTAMENTO DE SAÚDE DO PIAUÍ. Secção de fiscalização... *Diário Oficial*. Teresina, ano 11, n. 21, p. 7, 27 jan. 1941.

FARMÁCIA Central Homeopática. *Diário Oficial*. Teresina, ano 5, n. 43, p. 11, 21 fev. 1935.

FARMÁCIA e Drogaria Sul Americana. *Diário Oficial*. Teresina, ano 9, n. 203, p. 6, 5 set. 1939.

INAUGURADO o Posto Médico “José de Freitas Filho”. *Diário Oficial*. Teresina, ano 12, n. 120, p. 12, 2 jun. 1942.

PIAUÍ. Diretoria de Saúde Pública. Relatório da Diretoria de Saúde Pública do Piauí, ao Exmo. Secretário Geral do Estado durante o ano de 1933. *Códice de Saúde de relatórios diversos 1424*. Teresina, 1934.

PIAUÍ. Diretoria de Saúde Pública. Relatório da Diretoria de Saúde Pública do Piauí, ao Exmo. Secretário Geral do Estado durante o ano de 1936. *Códice de Saúde de relatórios diversos 1424*. Teresina, 1937.

PIAUÍ. Diretoria de Saúde Pública. Relatório destinado ao Exmo. Sr. Secretário Geral, sobre as atividades de saúde feitas no ano de 1931. *Códice de Saúde de relatórios diversos 1424*. Teresina, 1932.

PIAUÍ. Diretoria de Saúde Pública. Relatório emitido ao Departamento de Saúde do Estado do Piauí, pelo Centro de Saúde de Parnaíba, no ano de 1941. *Códice de Saúde de relatórios diversos 1424*. Teresina, 1942.

PIAUÍ. Diretoria de Saúde Pública. Relatório emitido ao Departamento de Saúde do Estado do Piauí, referente ao serviço de fiscalização da medicina durante o ano de 1943. *Códice de Saúde de relatórios diversos 1424*. Teresina, 1944.

PIAUÍ. Diretoria de Saúde Pública. Relatório enviado pelo Inspetor de farmácia ao Diretor de Saúde Pública do Piauí, no ano de 1937. *Códice de Saúde de relatórios diversos 1424*. Teresina, 1938.

RELAÇÃO DOS farmacêuticos existentes no município de Teresina. *Almanaque da Parnaíba*. Parnaíba, ano 22, p. 447, 1945.

TERESINA. Edital n. 6. *Diário Oficial*. Teresina, ano 1, n. 18, p. 12, 18 jan. 1931.

Bibliografia

ABREU, Jean Luiz Neves; NOGUEIRA, André; KURY, Lorelai. Na saúde e na doença: enfermidades, saberes e práticas de cura nas medicinas do Brasil Colonial (séculos XVI-XVIII). In: TEIXEIRA, Luiz Antonio; PIMENTA; Tânia Salgado; HOCHMAN, Gilberto (org.). *História da Saúde no Brasil: uma breve história*. São Paulo: Hucitec, 2018. p. 27-66.

BRITO, Antonio Burguja. *Narrativas autobiográficas*. Rio de Janeiro: [s.n.], 1977.

CARVALHO, Thyego Cabral. “*Deus guarde*”: doenças, relações de poder e conflitos culturais na medicina social da Província do Piauí (1840-1889). Monografia (Graduação em História) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2010.

COSTA, Cristovão Augusto Soares de Araújo (org.). *Coleção Florianenses*. Teresina: Halley, 2012-2018. n. 1-7.

EDLER, Flávio Coelho. *Boticas & farmácias: uma história ilustrada da farmácia no Brasil*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2006.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 42. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

FREITAS, Clodoaldo. *Memórias de um velho*. Imperatriz, MA: Ética, 2008.

FREITAS, Clodoaldo. *Um segredo de família e outros contos*. Imperatriz, MA: Ética, 2009.

GONÇALVES, Wilson Carvalho. *Dicionário enciclopédico piauiense ilustrado (1549 – 2003)*. Teresina: Halley, 2003.

GUIMARÃES, Maria Regina Cotrim. *Chernoviz e os manuais de medicina popular no Império*.

História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p. 501-514, maio/ago. 2005.

KRUEL, Kenard. *Genu Moraes: a Mulher e o Tempo*. Teresina: Zodíaco, 2015.

MARQUES, Fenando de Oliveira. *Documentos e considerações sobre alguns produtos farmacêuticos*. Teresina: Typ. do Correio do Piauy, 1922.

MONTEIRO, Orgmar. *Teresina descalça: memória desta cidade para deleite dos velhos habitantes e conhecimento dos novos*. Fortaleza: [s.n.], 1987.

NERY, Ana Karoline de Freitas. *Políticas públicas de saúde, doenças e medicamentos em Teresina durante as décadas de 1930 e 1940*. 2021. Dissertação (Mestrado em história do Brasil) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2021.

PEREIRA NETO, André de Faria. *Ser médico no Brasil: o presente no passado*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2001.

PINHEIRO FILHO, Celso. Eugênio Marques de Holanda. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Piauiense*, Teresina, ano 54, p. 16-25, nov. 1972.

REZENDE, Irene Nogueira de. Literatura, história e farmácia: um diálogo possível. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 3, p. 813-828, jul./set. 2015.

VELLOSO, Verônica Pimenta. Assistência farmacêutica: discursos e práticas na capital do Império do Brasil (1850-1880). *Varia hist.* [online]. 2010, vol.26, n.44, p. 373-394.

Artigo submetido em 18/05/2021

Aceito em 29/06/2021